



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

# A AMAZÔNIA E O NARCOTRÁFICO



Dr. Josué dos Santos Ferreira é editor e jornalista responsável, inscrito na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo (DRT nº 36.203/SP), do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. É membro da Associação Brasileira de Jornalistas (ABJ nº 1.076) e membro da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).

A Amazônia Brasileira é hoje uma prioridade nacional. Algumas características dessa região são:

- área de 5,2 milhões de Km<sup>2</sup>;
- densidade populacional de 3,2 hab/km<sup>2</sup>;
- 1/3 das florestas tropicais da Terra;
- maior diversidade biológica do planeta;
- maior bacia de água doce do mundo.

A Amazônia é detentora de exuberantes fauna e flora. Suas riquezas estão praticamente intocadas, e minuciosos levantamentos indicam que abriga uma das mais extraordinárias províncias minerais do planeta.

O meio ambiente transformou-se em uma das principais questões das relações internacionais. Há preocupação mundial em criar mecanismos regulatórios de preservação e controle das ações ambientais que extrapolem as fronteiras nacionais. Uma das preocupações é a concentração de gás carbônico na atmosfera, proveniente da queima de combustíveis fósseis e de biomassa, que provoca o efeito estufa, causador do aquecimento global. As queimadas no Brasil são motivo de críticas e protestos internacionais.

Nas últimas décadas, houve grande aumento da área devastada na floresta amazônica, particularmente na região conhecida como “arco do desmatamento”, ou “arco do fogo”, nos estados do Pará, de Tocantins, do Mato Grosso e de Rondônia. Começou uma cruzada preservacionista. A recusa dos Estados Unidos em aderir ao protocolo de Quioto não nos serve de alibi.

Em defesa do meio ambiente, das comunidades indígenas e de populações carentes, instalaram-se pelo mundo afora organizações não governamentais (ONGs), algumas com sinceros objetivos humanitários e de proteção ambiental, outras com atividades subordinadas aos interesses de seus países de origem, que financiam os projetos.

No Brasil, a criação de uma consciência coletiva da população sobre a preservação e o desenvolvimento da Amazônia aumentou o espaço e a liberdade de ação de ONGs que defendem a intocabilidade da Amazônia. Elas criam sucessivos entraves ao desenvolvimento e à integração da região ao resto do país e – o que merece uma discussão filosófica – defendem uma mentalidade infensa ao progresso e à modernidade.

Como principais causadores da degradação do meio ambiente da região, o movimento ecologista aponta: a ação das mineradoras; os garimpos de ouro; a extração de madeira; o avanço da fronteira agrícola; a implantação de novas estradas, ferrovias e hidrovias; o surgimento de novas concentrações populacionais; e o crescimento das áreas urbanas já existentes. A partir daí, muitas vezes generalizam-se as críticas, difundindo a ideia de que toda ação voltada para desenvolver e integrar a região é maléfica.

Todos os fatores acima, de fato, agredem o ecossistema. Além disso, há evidências de que impactos ambientais excedentes são fatores de custo, que não estão sendo contabilizados, mas pesam sobre o funcionamento da economia. Mas é perfeitamente possível desenvolver a região sem causar impactos ambientais desnecessários.

Não podemos nem precisamos abandonar a ideia de desenvolvimento. Nem devemos, por outro lado, defender o desenvolvimento feito a qualquer custo ambiental, como se ele fosse um exercício legítimo de soberania. Como mencionamos, no debate atual há falsa oposição entre o desenvolvimentismo conservador e o conservadorismo ambientalista. Os dois levam-nos ao mesmo lugar: uma Amazônia deserta de brasileiros, os quais têm o direito de usufruir as riquezas de uma região que constitui o passaporte para um futuro melhor para as novas gerações.

O Brasil tem todas as condições para definir um projeto racional de desenvolvimento, ocupar e desfrutar as riquezas da região. Não é necessário abrir mão de nossa soberania para realizar uma ocupação inteligente, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Ao contrário. Essa é a forma de neutralizar as pressões internacionais que se escondem por trás de certos discursos.

Sob o argumento de que o governo brasileiro é relapso diante de uma iminente tragédia ambiental e incapaz de frear queimadas e desmatamentos, aumentam as pressões. Por seu potencial biológico e mineral, a Amazônia tem sido vista como

reserva estratégica mundial. Pressões econômicas e ataques políticos são frequentes. As riquezas da região, mais do que as preocupações ecológicas, levam os países desenvolvidos a contestar nossa soberania, sob o pretexto de proteger o interesse coletivo e preservar o meio ambiente, evitando o desflorestamento e as alterações climáticas e meteorológicas. Não é descabido pensar que essa posição pode radicalizar-se e desdobrar-se, inclusive, em intervenções militares. No atual contexto geopolítico, há vários vetores de internacionalização da Amazônia.

A Amazônia ocupa um lugar de crescente destaque nessa “política da natureza”. A partir de reais problemas ambientais, relacionados com a forma de ocupação da região nos últimos cinquenta anos, construiu-se uma polêmica maniqueísta que, cada vez mais, constitui um obstáculo à exploração racional e sustentável. Duas posições interditam a evolução do debate. Numa delas, o sentido da opinião é inequívoco: o Brasil é incompetente para administrar a Amazônia e, esta, em última instância, é um patrimônio da Humanidade. A citação que abre este capítulo ilustra a tese. Vejamos outros exemplos: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia.”, François Mitterrand, Presidente da França, 1989. “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós” (Al Gore, Senador e ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, 1989). “A destruição da Amazônia seria a destruição do mundo” (Parlamento italiano, 1989). “O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes” (Mikhail Gorbachev, Presidente da então União Soviética, 1992). “A Amazônia é um patrimônio da Humanidade. A posse dessa imensa área pelos países (amazônicos) é meramente circunstancial” (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, Genebra, 1992).

A Agenda 21, aprovada pela Conferência Rio-92, além de priorizar a ideia de desenvolvimento sustentável como norteadora das políticas de desenvolvimento, reflete a preocupação mundial em criar mecanismos regulatórios de preservação e controle das ações ambientais. Diversos organismos internacionais começaram a apoiar ativamente o combate à degradação ambiental, que, junto com o combate à pobreza, passou a ser um dos fundamentos do desenvolvimento sustentável. A partir das preocupações ambientais com o aquecimento global, implementou-se um conjunto de medidas e políticas. Quase todas, de alguma forma, arranham a soberania dos diferentes países, pois um problema global pressupõe soluções internacionais.

A defesa do meio ambiente, das comunidades indígenas e de populações carentes deu origem a um movimento internacional que, ora manejado explicitamente pelas potências como instrumentos de geopolítica, ora tratado por instituições não estatais, cerceia a ação dos Estados e enfraquece o exercício da soberania em áreas estratégicas para os projetos nacionais de desenvolvimento. Com a justificativa de que a questão ambiental é mundial, recursos dos países do G-7 têm sido destinados aos países do Terceiro Mundo para apoiar projetos que interessam às potências. Grupos de trabalho transnacionais e consultores internacionais dirigem a aplicação de recursos dentro de órgãos governamentais dos países hospedeiros, descartando-se qualquer ângulo nacional no tratamento das questões.

O crescimento e a importância que as ONGs estão assumindo são um fenômeno recente. No contexto de um movimento neoliberal, em que o Estado é demonizado, essas entidades se apresentam como dotadas de um caráter público não estatal. No Hemisfério Norte, seu caráter contestatário é marcante e funda uma “nova política”, calcada em novas questões. No resto do mundo, seu papel é diferente: buscam substituir o Estado, que foi e ainda é pouco público e pouco democrático. Aqui, o discurso neoliberal tem aparente aderência. É, por excelência, o território das ONGs. Elas buscam recursos públicos e internacionais e, muitas vezes, com apoio dos organismos internacionais de financiamento, desenvolvem atividades paraestatais.

Na Amazônia, a partir da década de 1990, dois fatores atuaram para dar grande força e penetração às ONGs. O primeiro deles, que vem dos primeiros tempos da ocupação, ainda no período colonial, refere-se à natureza das instituições estatais naquela região. Elas nunca tiveram caráter público. Nos três níveis – municipal, estadual e federal –, bem como nos três poderes, a apropriação das instituições públicas pelas elites ocorreu sem nenhuma limitação. Com exceção da Cabanagem, movimento popular que se espalhou por toda a Amazônia na primeira metade do século XIX, os demais movimentos e enfrentamentos sociais foram dispersos e localizados.

A própria forma de ocupação do interior amazônico, ao longo dos rios, não deu origem a espaços públicos. Os rios eram a única via de contato com o resto do país. O dono do barco dominava o transporte, o comércio e, por meio deste, a produção. As instituições republicanas foram construídas a partir dessa base. Não é

de se espantar que se tenha desenvolvido um conjunto de instituições essencialmente privadas e voltadas para a acumulação também privada, num tecido antidemocrático e complacente com a ilegalidade e, às vezes, com o crime.

O segundo fator relacionado à proliferação das ONGs está associado à supervalorização, pela Constituição, das questões ambiental e indígena, bem como a uma nova forma de implementação de políticas públicas, com incentivo do Banco Mundial e outros organismos internacionais, que passaram a privilegiar a parceria com essas entidades, evitando a execução das atividades pelo Estado. Essas organizações atuam como intermediárias entre a população e as instituições estatais.

## O Narcotráfico

O narcotráfico é o mais incontrolável dos atores presentes no cenário amazônico e um dos principais problemas do mundo contemporâneo. Seu poder financeiro corrói as instituições, coopta populações, perverte valores e produz uma globalização criminosa que afeta as nações e distorce as relações internacionais.

A utilização do narcotráfico para fins políticos e de dominação é antiga. O uso da aguardente no tráfico negreiro e a Guerra do Ópio são dois exemplos numa coleção quase inumerável. Em tempos mais recentes, alguns escândalos envolvendo serviços de inteligência e contrabando de armas e de drogas foram estampados nas primeiras páginas dos jornais.

O poder do narcotráfico não pode ser subestimado: é um dos maiores negócios do mundo. Num mundo de negócios, ele se torna atraente, apesar das restrições ético-legais. A cumplicidade do sistema financeiro internacional na circulação e lavagem do narcodineiro também não deve ser ignorada. Apesar do estigma de atividade criminosa, seus bilhões ou trilhões – os números são fantásticos – passam por bancos de todo o mundo e são submetidos a todos os controles.

O crescimento do narcotráfico ameaça os Estados nacionais dotados de frágil arcabouço institucional. A possibilidade de estabelecimento de narcoestados, ou estados narcotraficantes, já foi ensaiada em várias oportunidades. A promiscuidade entre o crime e a política, a corrupção, a impunidade e a inexplícita desregulamentação financeira atuam como caldo de cultura para o surgimento dessa moderna perversão político-institucional.

Na América do Sul, o narcotráfico vem se transformando em problema crítico. Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Paraguai, Venezuela e Brasil são países que, em diferentes graus e funções, estão deixando-se enredar por essas atividades. A Amazônia, apesar de não ser o centro de produção das drogas – maconha, coca ou papoula –, é o eixo que conecta os diferentes centros e abriga as atividades logísticas e, indiscutivelmente, uma importante rota de escoamento da droga.

Nas últimas décadas, o problema do narcotráfico no continente ganhou um novo e terrível ingrediente: a associação com movimentos guerrilheiros. Movimentos guerrilheiros na Colômbia e no Peru têm relações estreitas com ele. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) têm bases permanentes próximas a Letícia, na fronteira com o Brasil, junto ao rio Solimões. A guerra civil na Colômbia, que dura quatro décadas, está se espalhando para além das porosas fronteiras regionais, levando a seus cinco vizinhos um complicado caldeirão de rebeldes armados, esquadrões da morte, droga e refugiados.

Na zona fronteira amazônica, o Brasil enfrenta sérios problemas com o narcotráfico nas bacias dos rios Javari e Juruá, no Acre, e nas bacias do próprio Solimões e do Içá, no Amazonas. As embarcações regionais de carga são utilizadas para o transporte da droga. Além desse tráfico já conhecido, tem causado crescente preocupação o plantio de maconha em diversas áreas da Amazônia, especialmente onde se registra o empobrecimento de populações rurais pela falta de opções econômicas. Outros problemas fomentados pelo narcotráfico são o desmatamento de grandes áreas para o plantio de coca e a poluição dos rios, seja pelos resíduos industriais de sua atividade, seja pelos produtos químicos utilizados no combate às plantações.

A internacionalização do crime, inerente à atividade do narcotráfico, viabiliza a internacionalização da repressão, com o conseqüente enfraquecimento de um dos pilares da soberania do Estado nacional: o monopólio da força e da lei. A cooperação internacional dá-se com uma divisão internacional do trabalho na área de segurança, que abre espaço para um papel subalterno das instituições de segurança dos países menos desenvolvidos. A desproporção de meios entre os inimigos (Estados e organizações narcotraficantes) e entre os aliados (países ricos e pobres) atua para fragmentar um dos aspectos mais importantes da soberania na região. Em resumo, o crime e a repressão internacionalizada perfuram a soberania dos Estados nacionais na Amazônia.